

O Pensamento Liberal e as Universidades Federais: Notas Preliminares*

Wilma Baía**

Resumo: O artigo intitulado O Pensamento Liberal e as Universidades federais: notas preliminares, é um exercício de reflexão acerca do Pensamento Liberal e dos impactos das políticas neoliberais na educação e, em particular, nas universidades públicas brasileiras. A discussão trata de aspectos de Política Educacional como subsídio às investigações sobre educação escolar brasileira, identificando e situando, historicamente, as diferentes fases e aspectos da política educacional nacional. Neste sentido, o trabalho sugere uma reflexão histórica desta política quanto ao Estado Liberal/Neoliberalismo e suas interfaces educacional e política.

Palavras-chave: Neoliberalismo; educação superior; avaliação; universidades federais.

Abstract: The article is a reflection on the Liberal Imagination and the impact of neoliberal policies on education and, especially, on Brazilian public universities. The discussion deals with aspects of the Political Education as subsidy to investigations about Brazilian school education, identifying and situating, historically, the different phases and aspects of the national educational policies. In this sense, the article suggests a historical reflection on these policies as they relate to the Liberal/Neoliberal State and its political and educational interfaces.

Key words: Neoliberalism; higher education; evaluation; federal universities.

Desejo, com todos os outros, saber o que se passa na sociedade, controlar a extensão e qualidade da informação que me é dada. Peço para poder participar diretamente de todas as decisões sociais que possam afetar minha existência ou o curso geral do mundo em que vivo. Não aceito que meu destino seja decidido, dia após dia, por pessoas cujos projetos me são hostis ou simplesmente desconhecidos e para quem não passamos, eu e todos os outros, de números num plano ou peões sobre um tabuleiro de xadrez e que, em última análise, minha vida e morte estejam nas mãos de pessoas que sei serem sempre cegas.

Castoriadis

A construção deste trabalho sustenta-se em dados secundários, levantados a partir de pesquisas bibliográficas, constantes na bibliografia que dão sustentação teórica ao temário. Isto é: "A sociedade brasileira sob a égide do neoliberalismo. O retorno do mito liberal da escola promotora e equalizadora na fase do 'fim das ideologias': a busca de alternativas não radicais", eixo este escolhido para estudo e construção do texto.

Nesta perspectiva, buscou-se refletir no primeiro momento sobre o Pensamento Liberal e Neoliberal que tem no Estado o regulador do sistema econômico,

Simonsen (1992). Partindo dessa premissa, reconstruam-se as diversas concepções de Estado - Estado de Direito, organizado de forma a impedir a ação arbitrária dos governantes; Estado do Bem Estar Social, que garante o suprimento das necessidades essenciais ao indivíduo e à sociedade; Estado Intervencionista e de Bem Estar, que trata de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciado pela ameaça letal à liberdade; Estado Neoliberal: que defende a liberdade de mercado - "livre jogo das forças de mercado" - levando segmentos econômicos lucrativos e as atividades de caráter social, às mãos da iniciativa privada.

Centrando o debate na ideologia e/ou nas ações dos governos neoliberais, a política se volta para enxugamento da máquina administrativa e, por extensão, privatizando as empresas estatais. E é sobre a crise

*Texto apresentado para discussão sobre Política Educacional no Ensino Superior, no Curso de Mestrado em Educação: Gestão e Ensino Superior da Universidade da Amazônia/99

** Professora do DMOTE/CED/UFPA

do desemprego que estes governos criam mega projetos, como por exemplo: Comunidade Solidária, combinando numa perspectiva assistencialista o público e o privado.

Essa política atinge diretamente a educação, e, por conseguinte, a Universidade.

A partir do entendimento de concepções, categorias teóricas, contexto sócio-histórico, busca-se no segundo momento, algumas reflexões acerca das políticas neoliberais na Educação e, em particular, sobre as Universidades Públicas Brasileiras.

Os efeitos perversos da política neoliberal na educação recaem, sobretudo, na contenção de verbas, asfixia financeira, perda da qualidade de ensino, desmantelamento salarial do corpo docente, trazendo à Universidade - o caráter de "ágil e eficiente", portanto, a serviço do mercado em detrimento de uma Universidade comprometida com os anseios da sociedade brasileira.

Grosso modo, a Universidade deixa de ser uma Instituição a serviço do saber e do crescimento cultural e intelectual da sociedade e passa a ser o centro de formação da força de trabalho qualificada para competir no mercado.

REFLEXÕES ACERCA DO PENSAMENTO LIBERAL

O pensamento neoliberal é uma retomada do pensamento liberal, que pregava a ausência de intervenção do Estado na economia, o que na verdade é uma grande falácia, pois jamais os Estados deixaram de cumprir esse papel essencial - o de regular o sistema econômico. Conforme Simonsen (1992: 84), "o Liberalismo é uma doutrina política, e não visa acabar com o Estado (...) (pois postula) todos os indivíduos se sujeitarem ao arbitramento dos conflitos por uma entidade superior, o Estado".

No entanto, há polêmica quanto às suas funções, entre os liberais de diferentes correntes; há nas palavras de Simonsen (1992), um consenso: "todos pregam o Estado de Direito, isto é, aquele organizado de forma a impedir a ação arbitrária dos governantes", e no qual todos entram em um jogo de regras conhecidas, o de condições mínimas necessárias para o exercício de liberdades individuais compatíveis a de terceiros.

A concepção de Estado de direito tem o seu início e maior fecundidade com os filósofos liberais do século XVIII, os empiristas britânicos e iluministas franceses - cujas idéias conceberam duas das maiores transformações políticas da época: a Independência americana e a Revolução Francesa. Esses liberais só conflitam entre si no que diz respeito à extensão das funções do

Estado. "A proposta dos neoliberais é a do estado minimalista, limitado a três funções: policiamento, justiça e defesa nacional" (Simonsen, 1992), e encontra nas idéias do economista austríaco Friedrich August Von Hayek seu maior expoente.

Na verdade o sufixo "neo" indica que as idéias neoliberais nada têm de novas. Elas estão arraigadas nas idéias liberais do escocês Adam Smith, que criou uma ciência econômica que apresenta inúmeros pontos de semelhança com a dos fisiocratas¹, e, como estes, procura estabelecer as leis naturais explicativas dos fenômenos econômicos e suas relações. E conforme escreve Hugon (1973: 103): "e como eles acaba no liberalismo". No entanto assentou a lógica de seus estudos - e, portanto, o problema econômico central no trabalho. Smith faz um profundo estudo do trabalho e da produtividade. Para ele, a quantidade do resultado, ou produto desse trabalho se reparte por um número maior ou menor de consumidores, e é o que determina o grau de riqueza de uma nação. Smith (apud Hugon, 1973) diz:

Segundo seja maior ou menor a proporção existente entre o produto do trabalho ou aquilo que no estrangeiro se adquire em troca desse produto - e o número de consumidores, encontrar-se-á a nação mais ou menos abastecida de todas as espécies de coisas necessárias ou cômodas de que necessita. (p.104).

Smith demonstra em sua concepção que a eficácia do trabalho é muito mais relevante do que a quantidade de trabalho empregado. Nesse sentido, o progresso das nações avançadas provém, essencialmente, da divisão do trabalho, que acresce a sua produtividade. Assim, essa teoria da produtividade é, portanto, uma apologia à divisão do trabalho.

Porém, o desenvolvimento que acompanha a evolução histórica do Capitalismo não se dá de forma homogênea; é marcado pelas diferenças produzidas entre os diversos povos pela ação colonial. Deste modo, ocorreu um desenvolvimento desigual do mercado, junto com a imposição de condições rígidas e desfavoráveis às sociedades retardatárias, o que fortaleceu o mercado e a prosperidade dos grandes países capitalistas, à custa do subdesenvolvimento dos países explorados. Os Estados desses grandes países acabaram se transformando em Estados do Bem Estar Social - aquele Estado que garante o suprimento das necessidades essenciais ao indivíduo e à sociedade.

¹ Os Fisiocratas estruturaram uma concepção econômica cuja base essencial, é a questão agrária. (Ver essa discussão em Paul Hugon, 1973. História das Doutrinas Econômicas.

Como o capitalismo não tem condições de viver de forma equilibrada, grandes crises capitalistas geraram grandes guerras mundiais, o que exigiu, após a segunda delas, uma reorganização geral do capitalismo. Isso se acompanhou da não-destruição da Rússia Soviética no conflito, e, pois, a necessidade de o capitalismo tomar medidas corretivas para não só evitar ser colocado em cheque pelo Socialismo, como para fortalecer a sua hegemonia contra os países retardatários.

Ao sabor desses ideais, Friedrich Hayek trava uma reação teórica e política ferrenha contra o Estado intervencionista e de bem-estar, com o texto "O caminho da servidão", escrito no final da Segunda Guerra Mundial. No dizer de Anderson (1995: 09), "trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciado pela ameaça letal à liberdade". Hayek e o grupo de seus seguidores argumentavam que o igualitarismo promovido pelo chamado Estado do Bem-Estar dizimava a liberdade dos cidadãos e o vigor da livre concorrência, e, portanto, ameaçava a prosperidade de todos. Deste modo, defendia a tese de que a desigualdade era necessária e imprescindível. Essa nova onda, que retomava os princípios do pensamento dos teóricos da economia clássica sobre a liberdade de mercado passou a ser conhecida como Neoliberalismo.

É um termo falso, porque o papel do Estado é, justamente, o de intervir na economia. Nos países onde o Liberalismo nasceu, seus Estados nunca deixaram de praticar essa intervenção, regulando as condições de trabalho, regulando (e reprimindo) as greves do operariado, etc. A falsa premissa da não intervenção do Estado na economia foi negada, sobretudo, nos Estados Unidos de 1929 em diante, porque a profunda crise especulativa que o caráter do capitalismo provocou e que eclodiu naquele ano como resultado do "livre jogo das forças de mercado" foi debelada à custa de todo um programa de investimentos estatais, que, se não tivessem sido postos em prática, teriam deixado a economia norte americana à mercê do caos desencadeado pela fúria liberal contra a ação essencial do Estado - a ação econômica.

Essa nova onda do pós-guerra, que pregava o inteiro enxugamento das despesas públicas, com gastos sociais e a inteira desapareção do estado do Bem Estar Social e a entrega de todos os segmentos econômicos lucrativos e atividades de caráter social nas mãos da iniciativa privada, teve resposta imediata nos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra, de Ronald Reagan

dos Estados Unidos e de Helmut Kohl, na Alemanha, e na rigorosa recomendação aos países retardatários de que não deixassem de cumprir os compromissos com os credores de suas dívidas externas e continuassem servindo de área de despejo do ônus da crise pela qual estão passando os países desenvolvidos.

Nos anos 80 houve o triunfo mais ou menos incrustado da ideologia neoliberal no que tange ao terreno do capitalismo avançado. Anderson (1995: 12) nos afirma que: "O modelo inglês foi o pioneiro e o mais puro". Para o autor, aqueles governos lançaram um amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Para isso, ressalta Anderson(1995):

Contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos públicos. Para esse autor "esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (p.12)

Nos Estados Unidos, embora não existisse um Estado de Bem Estar Social ao estilo europeu, a prioridade neoliberal era derrubar o regime comunista na Rússia. Ressalta-se que na política interna, Reagan também reduziu impostos em favor dos ricos, elevou taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão; no entanto, para Anderson (1995) essa medida,

decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. (p.12).

No Brasil, no final do anos 80, a direita incluía muitos empresários que permaneceram se opondo aos poucos populistas ou esquerdistas militares remanescentes. A ideologia desses direitistas era a economia de mercado livre, e promoviam os escritos de economistas conservadores do Primeiro Mundo como o próprio

**A Universidade deixa de ser uma
Instituição a serviço do saber e do
crescimento cultural e intelectual da
sociedade e passa a ser o centro de
formação da força de trabalho
qualificada para competir no mercado.**

Friedrich Hayek e Milton Friedman. A direita, portanto, consistia em um grupo de políticos conservadores, que ansiavam por um "mercado livre".

Em 1985, a política nacional se destaca pela desventura política da presidência de José Sarney, que se iniciara com a morte de Tancredo Neves. O plano inicial de Sarney para o programa de estabilização nacional foi aceito com presteza pela sociedade; seu Plano Cruzado dava "bons resultados". No entanto, em 1987 a inflação estava novamente assombrando a sociedade. Decepcionada com o partido de Tancredo Neves, a sociedade nunca mais perdoou o PMDB. Tinha perdido a moral que ganhara por lutar contra a ditadura, ainda que permanecesse com um número significativo de políticos no Congresso. Isto, para o delírio dos militares, que assistiram, entre 1985 e 1993, um Brasil que poderia fracassar econômica e politicamente, sem que lhes imputassem responsabilidades.

Nessa atmosfera de incertezas e vulnerabilidade política, surge em 1989 Fernando Collor de Mello, um nacionalmente desconhecido, que começou a aparecer na televisão como candidato a presidência da república. Collor vinha do Nordeste, filho de uma família influente do Estado de Alagoas. Seu discurso pregava uma defesa pelo patrimônio público e a investida contra a corrupção no país. Seus alvos eram os altos funcionários públicos, os marajás, a quem ele atribuía elevados gastos públicos pagos pelo contribuinte. Mas na prática os seus motivos eram diversos do seu discurso moralista e a sua política era aplicar o receituário neoliberal - isto é, enxugar a máquina do governo e privatizar as empresas estatais. Para endossar seus argumentos, citava nossos vizinhos: Argentina, Chile e México, que estavam vendendo suas maiores empresas estatais. Com isso, ganhava ressonância entre os redutos conservadores, que acreditavam em seu discurso eloqüente e milagreiro, que, ao mesmo tempo, contabilizava simpatia entre empresários interessados num candidato comprometido com a redução do papel do governo na economia.

Enfim, Collor ganhou as eleições, em meio a uma publicidade altamente favorável. A política neoliberal do governo Collor era a política que os Estados Unidos recomendavam a todos os países em desenvolvimento.

Ao assumir o governo, ele tomou medidas drásticas sobre a economia do país, com o devido conhecimento de que o Brasil estava à beira de um colapso inflacionário. Diante dos fatos agiu com tratamento de choque: congelamento de preços e confisco de poupan-

ças. A ação foi tomada com surpresa por parte da população; o sentimento era de incredulidade e perplexidade. Com essas medidas, a inflação caiu a zero e o déficit fiscal foi reduzido, diziam os dados oficiais.

Concomitantemente a esses resultados, a demissão de milhares de funcionários públicos; dentre esses alguns conseguiram reaver seus empregos por meio de ações na justiça. E, finalmente, o governo tomou o rumo da privatização. Como ilustração, tomo de empréstimo dados de Germano, acerca de uma parte desse quadro, em vários setores do país:

A Universidade é espaço de produção de conhecimento e produção de cultura.

O Brasil dos anos 90 produziu um desemprego a cada 68 segundos (Folha de São Paulo, Especial, 01.05.98). Empresas foram privatizadas em decorrência da reforma do estado e produziram substanciais cortes de pessoal. Esses cortes chegaram a 67% na Acesita, 40% no Banco Meridional, 39% na Companhia Vale do rio Doce (Folha de S. Paulo, Especial, 07.04.98). (1998: 07).

No entanto, seu governo teve seu final em dezembro de 92, quando o senado votou seu impedimento, reconhecido nacionalmente que a sua gestão tinha muito mais corrupção do que modernidade. Mas antes da votação final, Collor renunciou. O vice-presidente - Itamar Franco - não parecia estar muito à vontade no combate a inflação, galopante naquele momento. Dentre várias ações desencontradas, designou Fernando Henrique Cardoso, conhecido internacionalmente por sua notoriedade acadêmica e intelectual, como ministro das Relações Exteriores. Logo em seguida, ele foi destacado para ocupar o Ministério da Fazenda. Fernando Henrique reuniu um grupo de notáveis economistas na tentativa de recuperar a imagem desbotada politicamente do então presidente. A sua equipe econômica criou uma complexa estratégia de combate à inflação, assim como descartou qualquer possibilidade de tratamento de choque. Criaram uma nova moeda, o Real. O novo Plano foi recebido por parte da população com a mesma incredulidade de seu antecessor, porém aos poucos foi sendo assimilado com a devida presteza. A inflação começou a cair. O sucesso do Plano Real estava assegurado.

Embalado pelo sucesso do Plano, Fernando Henrique candidatou-se à presidência da república, desobrigando-se de seu posto oficial. Assim, elegeu-se presidente do Brasil, lançando à nação seu programa de governo².

Uma das prioridades de seu governo era a privatização de algumas estatais, que nos governos que o antecederam não havia sido concretizada. Uma das justificativas do presidente era a necessidade de arrecadar dinheiro para ajudar na redução dos déficits federais, tal como havia acontecido na Argentina e no México, e, finalmente, para melhorar o bem-estar social dos brasileiros. O governo estava ciente de que não poderia construir ações significativas nesta área. Assim, utilizou-se de medidas paliativas para dar oxigênio aos segmentos sociais mais carentes. Essas medidas se corporificaram em programas como o Programa Comunidade Solidária, coordenado por Ruth Cardoso. Para Germano (1994),

Essa concepção individualista, moralista da pobreza, condição que era própria das pessoas que não estavam aptas para integrar-se ao mercado de trabalho, constitui-se um eco de uma 'velha ideologia'. (p.31)

Essas reflexões são consolidadas nas afirmações de Fanfani (apud Germano, 1994), que ao se referir a esses programas diz:

Tais programas se caracterizam, portanto, pela adoção do clientelismo e do assistencialismo como traços predominantes de uma ação social que "combina caridade privada com beneficência pública e que tende a definir a relação entre o que dá (...) e o que recebe como numa relação de tutela. (p. 31)

Neste sentido, esses programas têm apenas o sentido de atenuar a fome, porém não resolvem o problema da pobreza em si. Nas afirmações de Collectif (apud Castel, 1991), "(...) é um sopro de oxigênio que melhora as condições de vida de seus beneficiários sem transformá-las [...] permite aos beneficiários viver melhor lá onde estão". No entanto, para o governo FHC, essas estratégias políticas provocam um estímulo de auto-

2 Collor de Melo, chegou a declarar que o programa de governo de Fernando Henrique Cardoso era a cópia do seu. Ao ser indagado hoje,- embalado pela possibilidade de candidatura à Prefeitura de São Paulo para 2002 - se ainda mantém a mesma opinião, disse ele: "o meu governo serviu de ruptura de um Brasil antigo para um Brasil que se dispunha ingressar na modernidade. Esse programa constitui-se na base sobre a qual qualquer outro programa poderia se assentar para ter chances de êxito. O governo FHC teve alguns ganhos, sobretudo no combate à inflação, mas cometeu um grande pecado que foi a perda da dimensão social do programa. A partir daí, levou o país ao recorde de desemprego, falências e concordatas. É um desassossego absoluto em todas as áreas". (Collor de Melo, em entrevista a Isto É, 1559 -18/08/99.

ajuda às populações atendidas na resolução de seus problemas mais imediatos.

Em seus discursos oficiais, Fernando Henrique "conseguiu uma vitória" para a população mais carente: a diminuição do processo inflacionário e melhoria do poder aquisitivo dessas populações. Um estudo do governo, de 1996, mostrava que entre julho de 1984 e janeiro de 1996 a porcentagem de pobres nas seis maiores regiões metropolitanas havia diminuído de 33% para 25%. No final de 1997, calculava-se que o valor real do salário mínimo havia subido 27% desde 1994, o que refletia uma política governamental deliberada de usar o salário mínimo para "beneficiar" os mais pobres³. Com essas políticas se reelege presidente da República, e dá continuidade a sua política neoliberal, que já vinha desde o governo Collor.

Dentre os vários setores da sociedade letalmente atingidos por essa política aviltante está a educação, e, por conseguinte, a universidade. A universidade é espaço de produção de conhecimento e produção de cultura em qualquer sociedade. Dentre seus objetivos: "a criatividade da atividade intelectual; a liberdade de discussão, o espírito crítico; a autonomia e o universalismo dos objetivos"(Santos, 1994).

ALGUNS REFLEXOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO: UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Muitos dos seus pressupostos (inclusive no que concerne à autonomia) passaram a ser severamente ameaçados pelas políticas neoliberais implementadas pelos últimos governos e assumidas com presteza pelo governo atual, dadas as ações que levaram à política das privatizações. Desse modo as Universidades Públicas passaram a enfrentar sérias lutas por sua sobrevivência. Diante deste quadro que se emoldura nacionalmente, as Universidades Públicas se ressentem das suas antigas condições de existência, ante essas políticas neoliberais (que nada têm de novas), que as esfacelam como as instituições que, socialmente, deveriam ser. Seus maiores danos estão: a) nas políticas de contenção de verbas; b) na asfixia financeira; c) na perda geral da qualidade de ensino; d) e o desmantelamento salarial de seu corpo docente.

Com a lógica implacável de imposições de políticas estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países do Terceiro Mundo, caso em que se inclui o Brasil, as Universidades públicas são colocadas

3 Ver essa questão em Thomas Skidmore, 1998, cap. VIII.

sob a tutela desse, como diz Bourdieu (1998:7) "programa de destruição metódica da coletividade". As políticas imputadas pelo FMI e Banco Mundial, devidamente respaldadas por essa teoria tutelar do Neoliberalismo, são, no dizer de Bourdieu (1998), aquelas que existem

Em benefício de uma concepção tão estreita quanto estrita da racionalidade, identificada à racionalidade individual [que] consiste em pôr entre parênteses as condições econômicas e sociais das disposições racionais e das estruturas econômicas e sociais que são a condição de existência.

Assim, o Neoliberalismo, ao criar mecanismos eficazes de reservar ao Terceiro Mundo os ônus da globalização da crise pela qual passa a sociedade capitalista, devido à hipertrofia dos capitais especulativos sobre o capital produtivo, com a conseqüente perda de força do processo de acumulação, também providencia que ela, crise, deva ser combatida com a piora das condições sociais das sociedades retardatárias. A exigência de orçamentos nacionais equilibrados, item de pauta do famoso "receituário" do FMI, bem como as exigências do Banco Mundial associadas a elas, bate fundo nas estruturas orçamentárias nacionais do Terceiro Mundo, ajudadas decisivamente pela adesão dos tecnocratas e governantes nacionais a esse projeto, adesão essa garantida pelo credo ideológico presente nas cabeças deles. É aí que se desequilibram, contra a maioria social, áreas como a Saúde, a Previdência e a Educação.

É aí também que se reforça a idéia de uma Universidade pragmática, associada ao modo de pensar de empresários, tecnocratas e governantes, e que significa abandonar, "em nome do desenvolvimento", a idéia de uma Universidade comprometida com os anseios e necessidade da sociedade brasileira, pela Universidade "ágil" e "eficiente". As atuais propostas de "globalização", que muitos repetem sem saber exatamente o seu significado, provoca, também, uma divisão internacional segundo a alocação de cada sociedade no contexto mundial capitalista - contexto este em que o Brasil ocupa uma posição de terceira classe. Deste modo, a dura redução orçamentária dos recursos destinados aos gastos sociais, no Brasil, determinou novas táticas de confinamento da Universidade brasileira a essa nova ordem. Não a universidade privada, que sempre trabalhou com a lógica da empresa; mas sim a Universidade Pública, cuja subsunção ainda traz um dividendo adicional: o cerco político a uma categoria que sempre defendeu bandeiras de lutas contrárias à submissão defendida pelos redutos empresariais. Neste sentido, surge uma vulnerabilidade difícil de ser tratada, como nos fala Giannotti (1998: 7):

(...) a universidade hoje se tornou incapaz de definir claramente seu projeto. Uma das causas dessa perda de identidade parece-me ser uma profunda redefinição da tensão contemporânea entre o público e privado.

A redução de recursos para a educação significa cercar a Universidade livre e solidária com a Democracia em um redil que obriga a ser obediente àquilo que for ditado pelo empresariado hegemônico e posto em prática pelos tecnocratas. A compressão salarial a que é submetida a categoria docente é uma das táticas deste cerco. Ademais adverte Bourdieu (1998) no que tange à obstrução das ações coletivas:

Entre indivíduos, por intermédio da individualização da relação de emprego: fixação de objetivos individuais; parâmetros individuais de avaliação; avaliação permanente; elevação individualizada de salários ou concessão de bônus por excelência e mérito individuais; carreiras individualizadas; estratégias de responsabilização (p.36).

Aliadas a estas estratégias estão as propostas de privatização da Universidade brasileira que visam submeter a categoria docente à massacrante rotina horista dos docentes privados, obrigados (não raras vezes) à docência de manuais, distanciada do estudo regular que garante um mínimo de qualidade de ensino.

Discutir, aqui, privatização da universidade pública no Brasil significaria ter de desenvolver um trabalho de fôlego; basta porém que se diga que isto deverá passar por propostas que deverão encaminhar uma espécie de terceirização da escola pública brasileira, ou então a entrega do patrimônio do ensino público nas mãos das empresas privadas, sem deixar de dar-lhes subsídios, benefícios, e - sobretudo verbas, já que ao empresariado interessam apenas os lucros, não os custos, que deverão continuar sendo assumidos pelos recursos públicos, em nome do desenvolvimento e do respeito à liberdade privada. Nela deverá se passar a atender à "competência" e à "modernidade". Sobretudo mudando radicalmente o conceito de Universidade, que deverá deixar de ser o de uma instituição a serviço do saber e do crescimento cultural e intelectual da sociedade e passar a ser o de centro de formação de força de trabalho qualificada para competir no mercado. Por isso, hoje a Universidade Pública é asfixiada pela compressão de recursos, para que possa parecer uma instituição ineficiente e, possam ser justificadas as propostas da sua privatização. Não raro, essas propostas ajudadas por uma tecnocracia conservadora, simpática a essas táticas de esvaziamento, solidária com a filosofia de que "a Universidade deve gerar seus próprios recursos" e ser, em paralelo, uma espécie de empresa privada, com atividades voltadas à

lucratividade, partidária do princípio da "competência", que acaba reduzindo essa virtude a - e mediando-a por meros resultados numéricos de uma "produção" ou "publicações" que atendem a um conceito pragmático de ciência acadêmica que não é a ciência que se presta aos verdadeiros avanço e desenvolvimento, os de fundo e objetivo social. É essa "tecnocracia acadêmica" quem sempre encaminha e apóia, entusiasmada, sempre em nome do "avanço" os projetos sobre a Universidade (e contra ela) vindos da tecnocracia maior.

Para Xavier (1996), o exame da política educacional brasileira vem revelando, insistentemente, a contradição entre um discurso progressista e modernizante e uma prática claramente conservadora. Assim, considera que há uma duplicidade de políticas, a oficial (explícita e proclamada) e a real (implícita e consagrada na prática), o que do ponto de vista político ideológico essa

ambigüidade gerada na passagem do plano doutrinário para o da ação pode ser traduzida como uma oposição entre os ideais coletivos de democratização e publicização e a realidade concreta de elitização e privatização de ensino no país.

Assim, uma análise da realidade da Educação brasileira sob os propósitos neoliberais acaba, pois, envolvendo um exame do futuro da Universidade brasileira, e, portanto, deve não só passar pelo exame da nossa realidade interna, mas também das lições do passado; deve examinar as ligações do Brasil com a realidade externa, isto é, as suas ligações com os interesses liberais e o peso dos interesses privados em relação ao nosso ensino. Examinando esse panorama podemos entender o que pode envolver o futuro da Universidade brasileira, e por extensão e consequência, o da nossa própria sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir et. al. (Org.). **Pós-Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A máquina infernal. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, 12.07.98.
- BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo/Rio: Paz e Terra, 1994.
- CARVALHO, Ana e STUCKET, Ricardo. A volta do inferno. In: **Revista Isto É**. São Paulo, Nº 1559, 18.08.99, 30-37
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R. et. al. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.
- GERMANO, José Willington. **Pobreza e educação: o avesso da cidadania**. Natal, 1998.
- GIANOTTI, José Artur. Em defesa da universidade pública. In: **Folha de São Paulo**, 15.04.98.
- HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1973.
- LEAL, Aluizio Lins. O plano Collor e a universidade brasileira. Belém/PA, Outubro/1991. (Mimeo).
- _____. O empresariado e a Educação: Solução Privada a um social. mimeo.1996
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Da idéia de universidade à universidade idéias. In: **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SIMONSEN, Mário Henrique. Frenesi liberalista. In: **Revista Veja**, 20.05.92.
- SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. Política Educacional Brasileira: Uma solução histórico de compromisso entre as representações sociais da escola e as necessidades reais de expansão da escolaridade. **III Congresso Iberoamericano de História de La Educación Latino Americana**. Caracas-Venezuela: 9 al 14 Junio.96